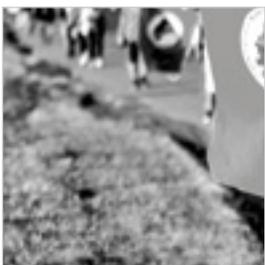
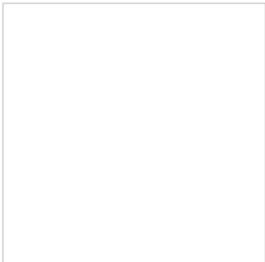


**\_** **CADERNO DE FORMAÇÃO**  
**POLÍTICA DE BASE**

**\_1**



**CURSO DE DIFUSÃO  
DO CONHECIMENTO**

**EM GESTÃO PÚBLICA E  
RESISTÊNCIA AO GOLPE**



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



## **Fundação Perseu Abramo**

Instituída pelo Diretório Nacional do  
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

### **Diretoria**

Presidente | Marcio Pochmann  
Diretoras | Isabel dos Anjos e Rosana Ramos  
Diretores | Artur Henrique e Joaquim Soriano

### **Editora Fundação Perseu Abramo**

Coordenador editorial | Rogério Chaves  
Assistente editorial | Raquel Maria da Costa  
Capa e diagramação | Patrícia Jatobá  
Organização do original | Equipe Difusão do Conhecimento  
Fotos | Felipe Peres

### **Elaboração dos textos**

Adriana Novais, Frederico Firmiano, Kelli Mafort e Tassiana Barreto

### **Coordenação da Área de Produção do Conhecimento**

Gustavo Cotas

### **Equipe Difusão do Conhecimento**

Alê Almeida  
Dulce Helena Cazzuni  
Gustavo Vidigal  
Karina Lima  
Laura Martin  
Priscila Moreira  
Toni Cordeiro

### **Secretaria**

Ioná Malerba Gabrielli, Lais Santos e Roberta Coimbra

Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
04117-091 São Paulo – SP  
[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)  
11 5571 4299

# Sumário

- \_07** Apresentação
- \_11** Breve história do MST
- \_21** A organicidade do MST
- \_29** A questão agrária no Brasil e a hegemonia do agronegócio
- \_39** Sobre nosso programa de Reforma Agrária Popular
- \_47** Gênero, luta de classes e o MST





---

# **\_APRESENTAÇÃO**

Estimad@s comp@s,

São tempos de crise os que vivemos: crise do capital, com profundos impactos sobre a sociabilidade da classe trabalhadora.

Conjunturalmente, vivemos também uma crise econômica e política das mais graves da história brasileira, com ascensão das forças mais reacionárias da sociedade.

Nossas tarefas, assim, devem reiterar nossos compromissos com as transformações sociais em direção à emancipação da classe trabalhadora de todas as formas de dominação e hierarquia existentes.

Com o objetivo de estimular os processos de formação de base de nossas famílias acampadas e assentadas, apresentamos este **Caderno de Formação Política de Base**, como um subsídio para o trabalho formativo em todas as nossas regionais do estado de São Paulo. Este **Caderno** apresenta textos de formação básica sobre os temas da questão e reforma agrária, das relações de gênero, de nossa organicidade, da história de nosso Movimento. E vem fortalecer a experiência da Escola Regional de Formação, etapa fundamental de nosso percurso na luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo.

Bons estudos!

Setor de Formação Estadual – MST/SP  
Abril de 2019

**LUTAR! CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR**





---

# **\_BREVE HISTÓRIA DO MST**

Por meio deste texto, pretendemos entender um pouco mais sobre nosso movimento. Porque e quando nasceu, nossos objetivos e histórias de luta.

Não é de hoje que se faz luta pela terra no Brasil. Desde a invasão portuguesa, lutadores e lutadoras se organizaram para reivindicar o direito a ela. A dominação e a expropriação (ou o roubo) de nossas terras é fruto de um processo histórico de colonização e exploração dos nossos bens naturais.

Ao longo do tempo foram muitas as lutas por terra realizadas pelos indígenas, escravos negros, trabalhadores e trabalhadoras. No século XX, alguns movimentos foram muito importantes como as Ligas camponesas, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra).

O MST bebeu da fonte da experiência, formas de luta e organização de todos esses movimentos. No começo da década de 1980, mesmo com a repressão da Ditadura Militar, foram organizadas muitas manifestações e mobilizações exigindo transformações políticas e sociais no país. A ocupação de terra foi uma ferramenta importante nessa movimentação.

Em várias partes do país camponeses/as Sem Terra estavam realizando ocupações nos latifúndios. Em São Paulo foi realizada a luta de posseiros pela Fazenda Primavera, na região de Andradina. Em muitos outros estados surgiram ocupações, como no Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, Santa Catarina. O acampamento de Encruzilhada Natalino (RS), ficou muito conhecido porque mesmo com todo o aparato re-

pressivo do governo militar as famílias conquistaram a área, demonstrando a importância da resistência, do apoio da sociedade e das ocupações.

Em 1984 foi realizado um grande encontro com as principais lideranças dessas lutas pela terra: o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ele teve a participação de representantes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia e Acre, além de representantes de outras organizações da classe trabalhadora. Esse encontro fundou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Portanto, foi a partir das lutas que já estavam sendo travadas que houve a necessidade de nos organizarmos a nível nacional para sermos mais fortes.

Nascemos com três objetivos: lutar por terra, lutar por Reforma Agrária e por transformação social. Esses objetivos significam nossos desejos e orientam nossas ações.

Nós, Sem Terra, lutamos pela necessidade imediata de ter um pedaço de terra para viver, produzir e criar nossos filhos. Essa luta está vinculada a uma Reforma Agrária de caráter estrutural, que mude o modelo do campo brasileiro. Aprendemos com Che Guevara e tantos outros que nosso objetivo também tem que ser a construção de uma sociedade sem explorados e exploradores: o Socialismo.

Por entender que a luta é contra toda e qualquer injustiça, o MST também tem trincheira (ou luta) na cidade, através da luta por moradia em nossas Comunas Urbanas. Todo esse processo de luta e organização resultou na realização do 1º Congresso Nacional do MST em Curitiba (PR), em 1985.

A palavra de ordem definida naquele momento para representar nossa linha política para o próximo período foi: “Ocu-

pação é a única solução”. Neste período os militares já não estavam mais no poder e José Sarney, “coronel” político do Maranhão e colaborador da ditadura, se tornou presidente da República.

Ao observar o fortalecimento das lutas, os latifundiários começaram a se organizar e criaram, em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR). Esse processo resultou em muita violência no campo: 137 assassinados, 188 ameaças, 30 mortos sem especificação precisa do motivo, mais 8 desaparecidos, 334 presos e 190 feridos e torturados, números que continuaram crescendo nos anos seguintes.

As mortes alcançaram os apoiadores da Reforma Agrária que, por ajudarem os trabalhadores/as, sofreram ameaças e foram brutalmente assassinados, como foi o caso do padre Josimo em Imperatriz (Maranhão).

No processo de redemocratização (ou seja, de transição entre a ditadura e a democracia, no início dos anos de 1980) era necessário instituir uma nova Constituição, pois as leis da ditadura ainda vigoravam. Muitas mobilizações sociais foram realizadas para que leis progressistas fossem contempladas. A Constituição definiu a desapropriação dos imóveis que não cumprem a função social como o principal instrumento de reforma agrária, colocando o Estado como responsável pela desapropriação do imóvel – através da compra das terras – e destinação para os trabalhadores e trabalhadoras.

Conforme a organização de novos acampamentos, ocupações, mobilizações, nosso Movimento foi se fortalecendo, crescendo e também construiu símbolos e mística. Foi no 3º Encontro Nacional do Movimento, em 1987, que foram aprovados símbolos importantes como o hino e a nossa bandeira.

O hino é cantado em atividades, ocupações, cursos, mobilizações e traduz os nossos objetivos e convicções.

Já a bandeira expressa nossa Organização através de seus símbolos: o homem e a mulher nos lembram que esta é uma luta com participação de todos e todas; o facão é nossa ferramenta de luta e de trabalho; o mapa do Brasil representa o caráter nacional de nossa organização; o verde representa a agricultura, nossa fonte de trabalho e vida; o vermelho simboliza a luta; as cores pretas nas letras, aqueles que tombaram lutando e a ponta do facão atravessando o mapa do Brasil demonstra nosso compromisso com a transformação social em todo o mundo.

Realizamos nosso 2º Congresso Nacional em 1990, na cidade de Brasília. Isto, no período de eleição de Fernando Collor de Melo, que tinha compromisso com o capital internacional e com os grandes latifundiários. Seu governo foi marcado pela abertura do mercado brasileiro para empresas internacionais e por um processo de privatizações e de desmonte do Estado, política conhecida como “neoliberalismo”. Ao mesmo tempo fazia vista grossa para a ação da UDR e violência no campo. Por isso a palavra de ordem escolhida para representar aquele momento foi: Ocupar, Resistir e Produzir! Demonstrando que diante da não realização da Reforma Agrária, só a luta poderia pressionar o governo.

Embora tenhamos sofrido grande processo de violência, nosso movimento chegou em 1995 com grande fortalecimento interno e realizou o 3º Congresso Nacional, com participação de mais de 5 mil delegados de 22 estados brasileiros. Cresciam as ocupações de terras, criação de novos acampamentos e novos assentamentos conquistados. A palavra de ordem definida nesse Congresso e que norteou nossas ações do período seguinte foi: Reforma Agrária, uma luta de todos!

Após a saída do Collor através do processo conhecido por impedimento do mandato, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente nas eleições seguintes, em 1994. Ele seguiu a política neoliberal, com projeto para agricultura que pretendia expulsar milhões de camponeses do campo para a cidade, tendo como meta estabelecer apenas 6% da população no campo. Em abril de 1996, no estado do Pará, 2 mil famílias acampadas que lutavam pela desapropriação da fazenda Macaxeiras, iniciaram uma marcha para pressionar os governos estadual e federal a realizarem o assentamento.

No dia 17 de abril, as famílias estavam acampadas na beira da estrada a espera da resposta de uma audiência na capital, num local conhecido como curva do “S”, localizado no município de Eldorado dos Carajás. Enquanto aguardavam, os Sem Terra foram cercados por volta das 16h pela Polícia Militar. A ordem do governador Almir Gabriel foi eliminar as famílias acampadas e assim aconteceu.

Naquele dia, 21 sem terras foram mortos covardemente pela PM do Pará, o que tornou 17 de abril o Dia Internacional da luta camponesa. No ano seguinte, o MST realizou uma grande marcha chegando a Brasília com 100 mil pessoas para cobrar que os responsáveis pelo massacre fossem condenados e exigir a reforma agrária. No mês de abril o MST realiza Jornada de luta para cobrar justiça e lembrar dos companheiros tombados.

A partir dos anos 2000, o agronegócio teve um avanço enorme investindo altamente na produção de sementes transgênicas, agrotóxico, monocultura e acumulação de terras, dominando o campo. À medida que o agronegócio se tornou hegemônico, ou seja, passou a ser a principal força política no campo, tornou-se também o novo inimigo a ser combatido. Já no início

do ano 2000, o Movimento percebia que o latifúndio atrasado não era seu único inimigo, mas que agora era necessário combater diretamente o capital financeiro internacional. Apesar do compromisso assumido por Lula de realizar a Reforma Agrária no Brasil, depois de eleito em 2002 ele continuou com políticas públicas que financiam o agronegócio e não realizou a promessa de assentar novas famílias. Nesse contexto, no ano 2000, realizamos o 4º Congresso Nacional com o lema “Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio”. Nele estiveram presentes mais de 11 mil militantes, vindos de 23 estados diferentes.

Em 2005 conseguimos uma grande vitória: inauguramos a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo. Essa escola, construída pelo trabalho militante dos sem terras de todo o país, tem o objetivo de formar sem terra e militantes da classe trabalhadora do mundo todo. Assim, é um espaço de aprofundamento de estudo, troca de ideia, experiências, sentimento internacionalista e encontros da militância.

Nesse período também se fortalece o protagonismo das mulheres sem terra. A ocupação da Aracruz Celulose (2006) e de usinas de cana-de-açúcar de todo o país, transformou o 8 de março num momento importante para luta pela reforma agrária e por um embate direto com o agronegócio e capital transnacional.

Em 2007, o MST realizou o 5º Congresso Nacional com 17.500 militantes de 24 estados brasileiros. O maior congresso camponês da América Latina. Definimos como lema “Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular”.

De 2011 a 2014 realizamos um grande debate nas nossas bases, escolas, instâncias. O objetivo foi discutir a conjuntura, analisar o caminho percorrido pelo Movimento e traçar taticamente as ações e prioridades para o próximo período.

Nosso Movimento, a partir do fortalecimento do agronegócio, percebeu que havia mudado a natureza da luta pela terra e pela reforma agrária. Agora, precisamos defender um novo projeto. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para a sociedade urbano-industrial. Ela deve ser popular, porque será fruto da luta, da aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade, com produção agroecológica; participação de todos e todas, na defesa da soberania popular, educação e cultura.

Em 2014, no ano que completamos 30 anos de organização, realizamos o 6º Congresso no MST em Brasília e, com o acúmulo de todo o processo de discussão de anos, definimos como palavra de ordem: “Lutar, construir Reforma Agrária Popular!”.

A história do Movimento Sem Terra é tecida todos os dias por nós, seja em reunião de núcleo, curso de formação, ocupação, noite cultural ou marcha. A cada dia construímos essa organização e nossa identidade como trabalhadores e trabalhadoras em luta pelo direito à Reforma Agrária e pelo Socialismo.

MANTENHA  
À ESQUER



A - SE  
RDA



---

# **\_A ORGANICIDADE DO MST**

Para o nosso Movimento obter conquistas é fundamental a construção de uma organicidade. Mais que uma estrutura organizativa, a organicidade é a relação das diferentes esferas e tarefas do movimento, sempre com participação e envolvimento entre si. Nossa organicidade possibilita a participação concreta dos/das sem terras. Para nós, democracia significa participação permanente nas definições e lutas do movimento, assim não diz respeito apenas às consultas, votações e ao recebimento de informações.

Olhar para a organicidade é pensar nas relações entre os espaços/instâncias, em vista do bom funcionamento do conjunto. Cuidar da organicidade é manter a estrutura em movimento, evitando possíveis “choques”, que acontecem quando falta comunicação e entendimento entre as partes. É zelar pela funcionalidade, no cotidiano do processo da luta. Se uma parte vai mal, o conjunto sofre.

Outro ponto importante de nossa organicidade é que assumimos uma estrutura horizontal de decisão, em *escala*, onde se prioriza a organização de toda a base em Núcleos e nos demais espaços que têm funções bem definidas. Em vez de uma estrutura vertical, em *níveis*, na qual se prioriza a organização da instância superior (Direção) deixando a coordenação sem importância, os setores esvaziados e os núcleos sem saber a sua função.

A prática organizativa do MST amplia as responsabilidades e o poder de decisão para todos os participantes do processo e, ao mesmo tempo, adota o método de construção das decisões por meio da produção do maior consenso possível (acordos), e não através de “votações”.

Por exemplo, no nosso curso temos diferentes instâncias: os núcleos e a coordenação. A coordenação é composta por um companheiro e uma companheira de cada núcleo, o que possibilita a troca de informações entre as instâncias e a participação de todos nas definições políticas. Cada núcleo tem um trabalho diferente, pode ser: lavar louça, limpar plenária ou fazer mística, entre outras. Para que o curso funcione e aconteça é fundamental que cada militante cumpra sua tarefa definida coletivamente e, ao mesmo tempo, tenha noção do funcionamento geral do curso. Essa é a organicidade do nosso curso.

### **Nossa organização no âmbito nacional**

O MST é organizado internamente através de instâncias, que possibilitam o melhor funcionamento da nossa organicidade. No âmbito nacional temos as instâncias do Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional. Assim, o movimento é dividido nas seguintes regiões: Amazônica (PA, MA, TO e RR), Centro-Oeste (RO, MT, MS, GO e DF), Sudeste (ES, MG, RJ e SP), Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE e PI) e região Sul (PR, SC e RS).

### **Nossa organização no âmbito estadual**

No âmbito estadual nos organizamos nas seguintes instâncias: Encontro Estadual, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Setores e Coletivos. Conforme a necessidade e interesse, cada estado poderá promover uma divisão regional, com instâncias organizativas e infraestrutura necessária, formando as direções regionais do seu Estado.

O estado de São Paulo é organizado nas regiões de Promissão, Sudoeste, Pontal do Paranapanema, Andradina, Sorocaba,

Grande São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Iaras. Cada uma dessas regiões possui direção regional composta por representantes das áreas (acampamentos e assentamentos) e dos setores.

### **Nossa organização na base**

No âmbito local temos a nossa instância de base, que chamamos de núcleos. O núcleo é uma instância muito importante para o MST e todos os seus membros deverão estar nucleados. O núcleo de base funciona da seguinte forma: deverá ter um coordenador e uma coordenadora; todas as famílias devem participar; deverá ser um espaço de estudo, discussões sobre as preocupações e questões que afetam tanto as famílias, como as instâncias e atividades estaduais e nacional, a fim de fazer os encaminhamentos necessários.

### **Nossos setores e coletivos**

O Movimento é organizado em setores e coletivos no âmbito regional, estadual e nacional. Eles são responsáveis pela elaboração e execução de planos de trabalhos específicos. Segue a lista dos nossos setores e coletivos: Setor de Formação, Setor de Comunicação, Setor de Finanças, Setor de Educação, Setor de Frente de Massas, Setor de Gênero, Setor de Direitos Humanos, Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Setor de Saúde, Coletivo de Juventude, Coletivo de Cultura e Coletivo de Relações Internacionais.

### **Sobre nosso método de direção**

Para o bom funcionamento de todas essas instâncias e setores é importante refletirmos sobre o *método de direção do MST*.

É fundamental que o dirigente siga os princípios organizativos. Assim, ao invés do “mando” autoritário existe o “comando” democrático (decisão em conjunto em vista de romper com a dependência da base do patrão); o “mando único” é substituído pelo “rumo único”. Só assim o “senhor” abre espaço para o coordenador que faz consulta, e não impõe; conscientiza, não decreta. E o “juiz”, que decreta sentenças, abre espaço para o articulador de propostas de superação. O “espontâneo” abre espaço para a planificação das atividades levando em conta as condições objetivas e subjetivas e os objetivos a serem alcançados.

### **Princípios organizativos do MST**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deverá aplicar em todas as suas instâncias de decisão e representatividade os seguintes princípios e normas organizativas:

- (a) Ter uma *Direção coletiva* em vez de um “presidente”. Todas as instâncias serão formadas por comissões de militantes com igual direito e poder. As decisões serão tomadas, prioritariamente, por consenso político.
- (b) *Divisão de tarefas*: estimular e aplicar a divisão de tarefas e funções entre os militantes dos Coletivos valorizando a participação de todos e evitando a centralização e o personalismo.
- (c) *Vinculação com a massa*, exige o acompanhamento permanente da caminhada que o povo está fazendo, do seu processo formativo e dos espaços de base. Esse princípio é a garantia do avanço das lutas e da aplicação de uma linha política correta. Das massas devemos apreender as aspirações, os anseios, e, a partir de sua experiência, corrigir nossas propostas e encaminhamentos.
- (d) Fazer e seguir um *Planejamento* em vista da “práxis” (ação refletida). Precisamos superar o espontaneísmo. Aplicar o

princípio de que nada acontece por acaso, mas tudo deve ser avaliado, definido e planejado a partir da realidade e das condições objetivas da organização.

- (e) *Ser um especialista*, pois todos devem ser militantes da organização e, ao mesmo tempo, ser um especialista ou ter o devido domínio técnico para a realização de suas tarefas/atribuições e funções. Isto exige de nós a busca de aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo, a busca de qualificação para responder a outras demandas do Movimento que ainda estão a descoberto (polivalência).
- (f) Dedicar-se ao *Estudo* de todos os aspectos que dizem respeito às atividades do Movimento. A organização que não formar seus próprios quadros políticos, não terá autonomia para conduzir suas lutas.
- (g) *Profissionalismo* uma vez que todos os membros de setores e coletivos devem encarar com profissionalismo suas funções. Considerando profissionalismo sob dois aspectos: transformar a luta pela terra e a organização do movimento como sua profissão de militante; ter amor e dedicar-se de corpo e alma por ela.
- (h) Participar de momentos de *Crítica e autocrítica* como forma de avaliação de nossa prática e de nosso jeito de viver. Aplicar sempre o princípio da avaliação crítica de nossos atos e sobretudo ter a humildade e grandeza de fazer autocrítica, procurando corrigir os erros e encaminhar soluções para os desvios.
- (i) Ter uma *Disciplina consciente* passa pela compreensão da subordinação pessoal aos princípios e objetivos da organização ou movimento que opta participar (ser militante) e pelo respeito a sua organicidade, implementando as decisões coletivas. É o respeito às decisões coletivas desde o cumprimento de horários, mas sobretudo de tarefas e missões.





---

**\_A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E  
A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO**

O que é questão agrária? Essa não tem sido uma pergunta muito frequente no campo do pensamento crítico brasileiro, pelo menos, nas últimas duas ou três décadas. Isto porque, aqueles que advogam em favor da necessidade histórica de uma reforma agrária no Brasil inclinam-se a tomar a existência da questão agrária como uma estrutura cristalizada, sem maiores interrogações acerca de suas modificações no tempo e no espaço, não raro, tratando a reforma agrária como uma espécie de *dívida histórica*. Curiosamente, os defensores do capital, seduzidos pelo padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil, parecem se interessar mais por esta pergunta, em geral, chegando a conclusão de que a expansão capitalista brasileira resolveu o problema agrário nacional. É interessante notar que, se por um lado, ao reivindicar a existência da questão agrária, alguns cientistas, tendencialmente caem na problemática defesa moral da reforma agrária, como *reparação histórica*, por falta de uma investigação mais rigorosa de seu desenvolvimento, dinâmica e estruturas internas, por outro lado, ao negar sua existência, os defensores do capital o fazem a partir de uma suposta evolução (quase natural) do capitalismo brasileiro, negligenciando, assim, seu caráter contraditório.

Zander Navarro, por exemplo, tem defendido a ideia de que a questão agrária brasileira praticamente deixou de existir, “pelo menos nos termos postos pelo passado social e político e segundo sua formulação clássica” (NAVARRO, 2014, p. 713). Para este entusiasta dos agronegócios, algumas tendências atuais seriam a prova de seu argumento, entre as quais:

- (a) o intenso processo de urbanização, que fez com que a população rural diminuísse sensivelmente, devendo seguir em declínio;
- (b) a insuficiente demanda social para exigir uma reforma agrária (ou seja, a luta pela terra não seria mais uma luta significativa a ponto de provocar um processo de redistribuição de terras no Brasil);
- (c) o aumento da produção de *commodities* – certas mercadorias que funcionam como matéria-prima, a exemplo da soja, café petróleo, entre outras – junto ao aumento dos preços que são pagos por elas no mercado internacional;
- (d) a existência de “potencialidades produtivas” no Brasil, como por exemplo a grande disponibilidade por terras, grandes reservatórios naturais de água e recursos minerais, entre outras, que lhe permite ter “vantagens” em relação a outros países;
- (e) o aumento da demanda internacional por nossas mercadorias, que levará ao crescimento da agricultura comercial brasileira.

De fato, não podemos simplesmente fechar os olhos para estas tendências. É verdade que hoje a maioria esmagadora da população brasileira vive nas cidades. Assim como também é verdade que o padrão de desenvolvimento dos agronegócios tomou conta do campo e que a luta pela terra vive um momento de refluxo. Mas essas indicações significam mesmo que não há uma questão agrária no Brasil? Ou, ao contrário, estas tendências seriam manifestações bastante vivas da questão agrária brasileira hoje?

Como indiquei há pouco, alguns cientistas optam por enxergar a sociedade como se ela fosse regida por leis naturais, independentes da vontade humana, tomando os mesmos métodos de observação da natureza para observar a *evolu-*

ção da sociedade. Isto tem severas implicações teóricas e políticas. Por exemplo: se tomarmos o processo de urbanização como uma *tendência* natural, regida por uma suposta lei de evolução, independente da vontade humana, não há nada que se possa fazer contra isto e, politicamente, resta apenas nos resignarmos. Mas se vemos este processo como uma tendência – e não como uma lei – provocada por um conjunto complexo de atividade humana, que pouco tem a ver com o funcionamento da natureza, então teremos muito o que fazer. Trata-se de uma postura teórico-metodológica e, ao mesmo tempo, política perante a sociedade. Ao que tudo nos indica, Zander Navarro se situa entre aqueles que optam por enxergar a sociedade como se pesasse sobre ela um conjunto de leis naturais contra as quais nada temos a fazer. Com isto, os agronegócios no campo seriam como a lei da gravidade na natureza. Não podemos lutar contra a lei da gravidade, mas apenas nos ajustarmos. É por este caminho que ele chega a conclusão de que não existe mais questão agrária no Brasil e que o desenvolvimento capitalista a eliminou.

Diferentemente, se entendemos que a sociedade é produto da ação recíproca dos homens, isto significa, primeiro, que não são leis imutáveis que regem seu desenvolvimento; segundo, que devemos enxergá-la como um movimento dinamizado por contradições que, de acordo com sua superação, se eleva a patamares cada vez mais complexos, sem nunca cessar. Ou seja, a sociedade é produzida e reproduzida num movimento complexo e contraditório constante que chamamos de *História*, realizado pela ação de homens e mulheres. Isto implica decisivamente o modo como vemos a questão agrária. Por este prisma, a questão agrária aparece como uma

contradição gerada no processo de desenvolvimento das sociedades, por um conjunto complexo de determinações que só pode ser conhecido quando investigamos a História, nos seus aspectos universais e particulares. Por isto, falar em questão agrária implica em buscar, na História, quais as determinações para sua existência ou não e, em alguns casos, para a sua superação.

Como afirma o professor Bernardo Mançano Fernandes, em diferentes momentos da história, a questão agrária “(...) apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo”, como um “(...) conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo de desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”, relacionados à propriedade da terra, à estrutura fundiária, aos processos de expropriação dos trabalhadores rurais, à luta pela terra, entre tantas outras questões. “Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política” (FERNANDES, 2001, p. 23-24).

Com isto, já é possível afirmar que não existe uma questão agrária idêntica no tempo e no espaço, ou mesmo uma questão agrária genérica, abstrata, “em geral”. Ela possui forma e conteúdo determinados pela história. Assim, não é possível respondermos simplesmente a pergunta “o que é questão agrária?”, sem a definirmos no tempo e no espaço, ou, sem compreendermos sua constituição ao longo da história, a partir de suas condicionais e determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais, em uma dada formação histórico-social.

O termo agronegócio, por exemplo, apareceu pela primeira vez nos Estados Unidos, por volta de 1957, mas chegou ao Brasil,

oficialmente, no início da década de 1990, com a formação da Associação Brasileira do Agronegócio, a ABAG. O surgimento dos agronegócios no Brasil está, assim, ligado às mudanças ocorridas, principalmente na produção, na propriedade da terra e na base técnica da agricultura, desde, pelo menos, a ditadura civil-militar de 1964. Então, compreender o desenvolvimento dos agronegócios supõem retomarmos alguns importantes aspectos da ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

O golpe militar de 1964 colocou fim ao importante movimento de lutas sociais, no campo e na cidade que reivindicava a reforma agrária como forma de favorecer o desenvolvimento capitalista brasileiro. Isto porque, para muitos intelectuais de esquerda e militantes de partidos e organizações da classe trabalhadora, a grande concentração de terras nas mãos de poucos no Brasil criava uma enorme desigualdade social e dificultava o desenvolvimento da indústria. Então, um processo de distribuição de terras deveria manter o trabalhador no campo, a fim de produzir alimentos baratos para os trabalhadores da cidade, rebaixando o custo de vida e permitindo o crescimento da indústria. Com isso, a indústria teria um importante mercado consumidor entre os trabalhadores para seus produtos, tanto na cidade, como no campo. O trabalhador da cidade gastaria pouco do seu salário com alimentação e poderia comprar os produtos da indústria, ajudando a desenvolvê-la. E o trabalhador rural teria renda, obtida pela venda de sua produção na cidade, para também comprar os produtos da indústria que crescia na cidade.

Mas a ditadura civil-militar de 1964 a 1985 não permitiu que este projeto de reforma agrária defendido pelos partidos e movimentos de esquerda, no campo e na cidade, fosse levado

à cabo. De certa forma, o então presidente João Goulart, derrubado pela ditadura, havia começado um programa de reforma agrária. Com o golpe de 1964, este processo foi interrompido e, ao contrário de realizar qualquer reforma agrária, a ditadura favoreceu a concentração da propriedade da terra, ligando agricultura e indústria, e formando os chamados complexos agroindustriais (CAIs). Dessa forma, a agricultura foi industrializada, mas apenas nas regiões onde predominava a monocultura, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste do país. Ao lado desta política, a ditadura também destruiu as organizações de esquerda, partidos políticos e movimentos sociais, que lutavam por reforma agrária no Brasil, por meio de perseguições, prisões, expulsões do país, assassinatos, torturas, entre outros.

O argumento da ditadura era que um moderno setor agroindustrial orientado para a exportação faria o Brasil se projetar na economia mundial. Foi, então, naquele período, que o Brasil passou a importar o chamado “pacote tecnológico da Revolução Verde”, como tratores, fertilizantes químicos, agrotóxicos e outros fatores de produção que fariam a monocultura crescer mais rapidamente. Ao final da ditadura, em 1985, as bases para o surgimento dos agronegócios já estavam formadas. E a reforma agrária tal como havia sido proposta pela esquerda, caiu em desgraça.

Na década de 1990, os agronegócios foram impulsionados pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, que promoveram um conjunto de mudanças na economia e na estrutura do Estado, a fim de torná-los um setor estratégico para o Brasil. Mudanças tais como: (a) forte investimento em infraestrutura; (b) direcionamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para atuar junto às empresas transnacionais

dos agronegócios; (c) financeirização da economia brasileira, ou seja, a entrada em maior volume do capital que nada produz e que apenas especula com os recursos naturais, a terra, a água, os alimentos, uma vez que compra a preços baixos, espera o preço subir e vende mais caro; (d) desregulamentação do mercado de terras; (e) mudanças na política de câmbio (ou deixando que o dólar controlasse o real) para favorecer a exportação de *commodities* (produtos de baixo valor agregado, por não sofrerem muitas alterações, ou seja, são vendidos praticamente da forma como é extraído da natureza); (f) reestruturação produtiva das empresas, reduzindo o número de empresas ou diminuindo o tamanho das plantas industriais, eliminando postos de trabalho, entre outras. Isto contribuiu para que as empresas transnacionais, como Monsanto, Bunge, Dreyfus, Cargill etc., passassem a controlar a produção de sementes transgênicas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas e uma forma de produção cada vez mais dependente do capital financeiro, na forma de crédito rural, para financiar o acesso aos insumos.

Daí por diante, os agronegócios só foram fortalecidos no Brasil. Os empresários capitalistas brasileiros e do exterior, com forte apoio do Estado, passaram a priorizar os investimentos na produção de soja, milho, cana-de-açúcar, eucalipto. Para se ter ideia, segundo dados do Censo de 2006, do IBGE, os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio controlavam 85% das terras e praticamente toda a produção de *commodities* (milho, soja, cana etc.). Houve, ainda, um processo de desnacionalização da propriedade da terra, ou seja, o capital transnacional também veio comprando terras no Brasil.

Este modelo de produção da agricultura adotado pelo agronegócio é altamente dependente de agroquímicos, dependente de petróleo e, no caso do Brasil, de produtos importados. Como poucas empresas controlam o mercado de alimentos no mundo, ocorrem basicamente dois processos: o primeiro é a especulação com os alimentos, onde grandes empresas transnacionais compram nossa produção de alimentos, esperando o preço subir para revender para nós mesmos a preços altíssimos; o segundo é a padronização da dieta alimentar, já que a expansão da monocultura faz desaparecer um conjunto grande de frutas, legumes, verduras, grãos, anteriormente produzidos pela agricultura camponesa.

Outra consequência importante desde modelo é que o Brasil passou a ser o maior consumidor mundial de agrotóxicos, gerando vários problemas para o meio ambiente e para a saúde humana. A quantidade de pesticidas usados por área plantada no país mais que dobrou entre o ano de 2000 e o ano de 2012, passando de três quilogramas por hectares para sete quilogramas por hectare. Cada brasileiro consome, em média, quase sete litros de agrotóxicos por ano. E inúmeras pesquisas tem mostrado, que o alto consumo de agrotóxicos está associado a doenças de todo tipo, até câncer. Isto porque o agronegócio não consegue produzir alimentos saudáveis. E a produção da monocultura acaba com a biodiversidade. Além disso, o agronegócio não gera empregos e os empregos que gera são, na maioria das vezes, de baixa remuneração. Ou seja, além de expulsar o trabalhador do campo o agronegócio também é gerador de desemprego.

Tudo isso, nos impõem a necessidade de refletirmos sobre que tipo de reforma agrária é capaz de enfrentar os problemas

da classe trabalhadora gerados pela hegemonia do agronegócio no campo. É nesse sentido que nosso Movimento vem propondo a reforma agrária popular, como forma de enfrentar a questão agrária brasileira e os problemas atuais gerados pelo agronegócio, como veremos no texto a seguir.

---

## **Referências bibliográficas**

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In.: *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. Brasília, DF: Embrapa, 2014.





---

**\_SOBRE NOSSO PROGRAMA DE  
REFORMA AGRÁRIA POPULAR**

Qualquer programa de reforma agrária precisa ser capaz de responder a um determinado conjunto de problemas que chamamos de problemas agrários, ou a questão agrária. A reforma agrária é, assim, uma solução para uma questão agrária. Por consequência, para discutirmos qualquer programa político de reforma agrária precisamos, antes, conhecer bem a nossa realidade agrária.

Até o golpe militar de 1964, nossa questão agrária era definida, basicamente, pela existência do latifúndio no Brasil, da grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, da produção de monocultura voltada para a exportação, pelo trabalho não qualificado e mal remunerado (muitas vezes pelo trabalho análogo à escravidão), em que pese o desenvolvimento desigual. Mas depois da década de 1970, estes problemas agrários se agravaram e outros surgiram, como: o domínio da agricultura pelo capital financeiro; o uso intensivo de tecnologias, sementes transgênicas, agrotóxicos; a redução drástica da utilização de força de trabalho no campo; a degradação mais rápida da força de trabalho empregada na agropecuária e a devastação mais intensa da natureza. Surgiram novos inimigos dos trabalhadores que, até então, não estavam presentes no campo, como as poderosas empresas transnacionais.

As mudanças ocorridas no interior da questão agrária brasileira fizeram com que o programa de reforma agrária que os movimentos sociais, partidos políticos e organizações de esquerda defendiam até então fosse revisto. As próprias formas de luta utilizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras

rurais precisaram ser renovadas, à medida que fomos percebendo o agravamento dos antigos e o surgimento dos novos problemas no campo.

Nos últimos anos, nosso movimento percebeu que o programa de reforma agrária que defendia já não era mais suficiente para dar conta dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora no campo e daqueles trabalhadores que estão na cidade e querem viver e trabalhar na terra. Desde, pelo menos, nosso 5º Congresso Nacional, em 2007, passamos a revisar seriamente nosso programa de reforma agrária até chegarmos ao nosso Programa de Reforma Agrária Popular, aprovado durante o 6º Congresso Nacional, em fevereiro de 2014, em Brasília. Fizemos muitos debates e discussões em nossos acampamentos, assentamentos até as instâncias da direção do Movimento. Mas o que significa a Reforma Agrária Popular proposta por nosso Movimento?

Em primeiro lugar, nosso Movimento entende que a reforma agrária não pode ser de tipo clássica, ou seja, da mesma maneira como ocorreu nos países mais desenvolvidos do capitalismo mundial. Naqueles países, como foi o caso da Inglaterra, da França, da Holanda, entre outros, a reforma agrária aconteceu quando o capitalismo ainda estava em seus primórdios, portanto, a reforma agrária, como um grande programa de distribuição de terras, contribuiu para um maior e melhor desenvolvimento do capital. No Brasil, o capitalismo se desenvolveu sem qualquer reforma agrária. Desse modo, seu programa não pode ser apenas a distribuição de terras. Tem que ir além disso.

Em segundo lugar, nosso movimento também considera que nosso programa de reforma agrária não pode ser socialista, por enquanto. E por uma razão muito simples: uma reforma

agrária socialista tem que ser casada com um processo de transição socialista, que não é o que temos hoje no Brasil – ao contrário, no país e no mundo vivemos um momento de refluxo das lutas sociais, que nos coloca em uma posição “defensiva”. Dessa forma, nossa proposta atual de reforma agrária deve contribuir para que possamos acumular forças para lutar pelo socialismo. Por isso, o programa da reforma agrária popular vai muito além da reforma agrária clássica e busca criar condições para a luta pelo socialismo.

Seus objetivos principais são:

- (a) eliminar a pobreza;
- (b) combater a desigualdade e todas as formas de exploração dos camponeses e a degradação da natureza;
- (c) garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo;
- (d) garantir a soberania alimentar de toda população brasileira;
- (e) garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, especialmente no acesso a terra;
- (f) preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil;
- (g) garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas.

Mas para atingir esses objetivos, temos muitos desafios. Segundo nosso programa agrário, alguns dos mais importantes são:

- (a) garantir que a propriedade, a posse e o uso da terra, assim como a água e os recursos naturais e ecológicos estejam subordinados aos interesses do povo brasileiro, para atender às necessidades de toda a população;
- (b) orientar a produção agrícola com prioridade absoluta para a produção de alimentos saudáveis, organizando a produ-

- ção com base em todas as formas de cooperação agrícola, rompendo a monocultura e organizando agroindústrias sob o controle dos trabalhadores;
- (c) criar um novo sistema de planejamento de tecnologias, livres de propriedade intelectual e patentes<sup>1</sup>, orientadas pelo enfoque ecológico e participativo e desenvolver programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis, disseminando e massificando a agroecologia como alternativa às sementes transgênicas, fertilizantes químicos e agrotóxicos;
  - (d) lutar para que o Estado garanta instrumentos de política agrícola para os agricultores, bem como crédito rural, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem e fomento à transição e consolidação agroecológica;
  - (e) lutar pelo acesso à educação, acesso a bens culturais e pela construção de escolas de qualidades em nossos assentamentos;
  - (f) orientar a industrialização para o interior do país, instalando agroindústrias nos municípios do interior, buscando o aproveitamento de todos os produtos agrícolas para gerar mais empregos e aumentar a renda, assim como a riqueza social;
  - (g) garantir infraestrutura social para toda a população do campo, como o desenvolvimento de programas de moradia no meio rural, conjugado ao acesso à energia elétrica, água potável e transporte público de qualidade;

---

1. Propriedade intelectual e patentes são uma forma de grandes empresas transnacionais tornarem as novas tecnologias e os processos industriais propriedades privadas e exclusivas. Assim, uma invenção como um medicamento que poderia beneficiar muitas pessoas doentes, torna-se propriedade de um grande laboratório que passa a vendê-lo pelo preço que quiser sem que outra pessoa, empresa ou mesmo o Estado possa produzi-lo também, sem ter que pagar para este grande laboratório.

(h) implementar mudanças na forma de funcionamento das instituições públicas que atuam na agricultura e em todos os Ministérios relacionados com os serviços públicos para o meio rural.

## **\_GÊNERO, LUTA DE CLASSES E O MST**



O termo gênero é usado para indicar a construção social do **Ser** homem e do **Ser** mulher. O termo sexo é usado para indicar as características biológicas do homem e da mulher, aquilo que os torna macho e fêmea. Contudo, não somos seres determinados biologicamente. Devemos considerar que existem pessoas que nascem com os dois sexos, são intersexos, que ao longo da vida podem ou não decidir com qual gênero ela se identifica. Existem também indivíduos que são transgêneros, são pessoas que nascem com o corpo de homem, mas se reconhecem como mulher e vice e versa. Isso não tem nada a ver com homossexualidade, que é a forma como as pessoas vivenciam sua sexualidade ou concretizam seu desejo sexual.

Já o termo GÊNERO indica os papéis que foram culturalmente atribuídos, ou seja, como deve ser um homem e como deve ser uma mulher. Com isso, alguns padrões foram definidos, por exemplo, que homem é *forte, corajoso, inteligente, deve trabalhar fora de casa* e que a mulher é *frágil, sensível, trabalha em casa* etc. Devemos saber que esses padrões, embora sejam hegemônicos, não são naturais, ou seja, existem sociedades que não atribuem essas mesmas características aos homens e às mulheres.

No caso da nossa sociedade, esses padrões são ruins para a vida dos homens e pior ainda para a vida das mulheres. Isto porque se estabeleceu a dominação de um gênero sobre outro, que deixou as mulheres numa condição inferior. Essa dominação do homem sobre a mulher criou uma relação social denominada PATRIARCADO. Ela não aconteceu do dia para noite, ao contrário, foi construída ao longo de muitos séculos.

Quando as sociedades humanas começaram a estabelecer a propriedade privada como mediação das relações sociais e a se dividirem em classes sociais, a dominação de gênero acabou por contribuir decisivamente para a sustentação da dominação de classes, sendo ainda mais reforçada com o desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, o patriarcado foi se estabelecendo como uma cultura dominante, disseminada nas Escolas, nas Igrejas e em todos os meios de comunicação etc. Por isso, é tão difícil perceber, porque já nascemos mergulhados/as nessa cultura patriarcal e capitalista.

### **De que maneira o capitalismo se beneficia da dominação do homem sobre a mulher?**

- (a) Enriquecendo os patrões. Os patrões exploram o trabalhador, e por conta da dominação de gênero podem explorar ainda mais a trabalhadora, pagando menos porque é mulher;
- (b) Desconsiderando o trabalho doméstico. Lembremos que é por meio do trabalho doméstico que nos alimentamos, nos vestimos, ou seja, é no âmbito doméstico que reproduzimos a manutenção da nossa existência. É todo trabalho que serve para preparar o trabalhador e que não tem custos para as empresas que os contratam. Não sendo reconhecido como trabalho, não é remunerado;
- (c) O capitalismo se serve também da hierarquia que prevalece na família. A figura do chefe, que comanda os filhos e a mulher, faz com que aceitemos a hierarquia fora da nossa casa; a hierarquia do patrão sobre o empregado, por exemplo, é facilitada pela hierarquia de gênero;
- (d) Quando consideramos a mulher como inferior ou ajudante do homem, enfraquecemos também a nossa luta. A classe burguesa (em geral, branca e patriarcal), que é nossa ini-

miga, se beneficia disso. Se a mulher não se formar politicamente, não ocupará espaços de comando e perderemos força para fazer a nossa luta pela Reforma Agrária e pela revolução social.

### **A diferença entre machismo e feminismo**

Atenção! Para esses termos não cabe comparação. MACHISMO é uma ação violenta que tem como base a superioridade do homem em relação à mulher, ou a superioridade do masculino sobre o feminino. Essa ação pode ser de vários tipos, tais como: ofensas, humilhações, agressões verbais, patrimoniais, físicas, sexuais, psicológicas que muitas vezes resultam em doenças e morte. O Machismo fere também as populações LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

**FEMINISMO** é um movimento social que surgiu em meados do século 19 e foi mudando ao longo do tempo, com o objetivo de lutar contra a subordinação da mulher em relação ao homem. É a luta para que as mulheres vivam sob as mesmas condições que os homens, isto é, para que as mulheres possam viver sem medo de apanhar, sem medo de ser assediada, estuprada ou morta na rua ou dentro da própria casa pelo companheiro; para que possa receber o mesmo salário; participar da política em igualdade com os homens. Dentro do MST, o feminismo vem sendo construído considerando as necessidades das mulheres negras, indígenas, trabalhadoras do campo. Para nós do MST o feminismo é um instrumento fundamental contra o capitalismo e contra o racismo e o machismo.

Sendo assim, *ser chamada de feminista é um elogio!*

## **Por que o MST afirma que o feminismo interessa a tod@s nós?**

O MST tem como propósito a **luta pela terra, a reforma agrária** e o **socialismo**. Esses objetivos não serão alcançados se as nossas mulheres ocuparem um lugar inferior ao lugar ocupado pelos homens. Também não alcançaremos nossos objetivos se as nossas mulheres continuarem sendo desrespeitadas, humilhadas, apanhando e morrendo dentro das nossas casas.

O MST entende que com a emancipação das mulheres, dentro da luta de classes, emanciparemos toda a classe trabalhadora. Entendemos que na luta pela terra e contra o capital temos que lançar mão de todas as nossas forças. A luta das mulheres é uma força estratégica, que somada às outras forças sociais podem destruir o capitalismo. No mundo novo que queremos construir não há espaço para a dominação de gênero. As mulheres e homens devem ser igualmente livres.

## **O setor de gênero do MST**

O Setor de Gênero foi construído pelas mulheres do MST para discutir relações de gênero nas quais as mulheres são levadas a uma condição subordinada ao homem, ou seja, como se ela fosse inferior aos homens. Entendendo que deveríamos lutar contra toda forma de machismo dentro e fora do nosso movimento, surgiu o Setor de Gênero. É um espaço importante que busca garantir que as mulheres se encontrem, discutam as suas questões, entendam melhor a origem dos vários tipos de violência que elas sentem na pele todos os dias.

Tendo em vista que não aceitamos a ideia de que existem espaços em que as mulheres não poderiam estar só pelo fato

de ser mulher, como por exemplo os espaços de direção do movimento, os cursos de formação política, as marchas etc., temos um Setor de formação política das mulheres. Neste, as mulheres buscam fortalecer sua participação nas atividades políticas, tanto dentro dos acampamentos e assentamentos como no conjunto das instâncias do Movimento. Isso não quer dizer que os homens não devam discutir relações de gênero. Ao contrário, essa é uma tarefa também dos companheiros, mas sem perder de vista que a figura principal, ou a protagonista desta luta é a mulher.

A partir do Setor de Gênero, organizamos no MST o Coletivo LGBT Sem Terra, que tem como objetivo debater a Diversidade Sexual dentro da nossa organização, buscando combater a LGBTfobia, a formação e a representação política desses sujeitos dentro do MST.

### **Sou homem! Como posso contribuir para acabar com o machismo?**

Para que possamos avançar no combate ao MACHISMO não basta que os homens fiquem acomodados, sentados, esperando que as companheiras e LGBTs lutem sozinhas. A luta contra o machismo é uma tarefa de tod@s militantes do MST.

Por mais que os homens heterossexuais não vivenciem a situação de violência pela qual passa as mulheres e os sujeitos LGBT, os homens têm seu papel na luta contra o machismo.

Escutando e respeitando os coletivos de mulheres organizados dentro dos nossos acampamentos e assentamentos; buscando conhecer, estudar, debater cada vez mais o significado do machismo, as relações de gênero; contribuindo com as

discussões sobre gênero nos nossos encontros e reuniões; entendendo que o cuidado com os filhos é uma tarefa também do pai, não apenas da mãe e que o trabalho doméstico é tarefa de todos e todas que vivem na casa, por isso, ele deve dividir com sua companheira, mãe, avó, irmã, filha, os afazeres domésticos e o cuidado com a família. Feito isso, toda a família terá tempo para as atividades políticas, culturais e de lazer.

O homem precisa entender o machismo para deixar de praticar as atitudes machistas. Saber que algumas atitudes são desrespeitosas e muitas delas causam constrangimento, rebaixam as nossas mulheres e humilham nossos companheir@S LGBT, como por exemplo, piadas que tratam a mulher como menos inteligente, como incapaz, ou que se refira à aparência física das mulheres, ou mesmo piadas sobre o 8 de Março. *Combater o machismo é também não praticar nenhum tipo de violência contras as mulheres.* Entender também que o corpo da mulher pertence EXCLUSIVAMENTE A ELA, e que cabe a mulher definir as regras sobre o seu corpo. E sempre chamar a atenção do companheiro quando ele estiver sendo machista.

Por fim, defendemos que toda forma de violência contra as mulheres e contra os sujeitos LGBT devem ser denunciadas e consideradas inaceitáveis dentro dos nossos acampamentos e assentamentos e que os coletivos de mulheres sejam fortalecidos. Lutamos para que as mulheres possam estar na luta pela reforma agrária e pelo socialismo nas mesmas condições de liberdade e segurança que os homens.

*Sem feminismo, não há socialismo!*

*O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra!*

*O sangue LGBT, também é sangue Sem Terra!*